

SUSI MARA DA SILVA ALVES

**PROEJA: PROGRAMA DE INSERÇÃO SOCIAL
E RESPEITO À DIVERSIDADE**

Monografia apresentada para obtenção do título de graduação em Pedagogia na
Universidade Regional Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Orientadora: Prof^a Dr^a Hedi Maria Luft

Santa Rosa

2012

SUSI MARA DA SILVA ALVES

**PROEJA: PROGRAMA DE INSERÇÃO SOCIAL
E RESPEITO À DIVERSIDADE**

Monografia apresentada para obtenção do título de graduação em Pedagogia na
Universidade Regional Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Banca Examinadora:

Professora: Dr^a Hedi Maria Luft - UNIJUÍ

Professora: Ms. Claudia Segger Cunegatti

Santa Rosa, dezembro de 2012

DEDICÁTORIA

Aos meus familiares, especialmente a minha mãe e ao meu filho, que por muitas vezes passaram preocupações e angustias por minha causa. Momentos que estive ausente fisicamente, mas presente com o coração. Agradeço por terem dedicado seu amor, paciência, tolerância e carinho durante todo percurso de estudo, dedico-lhes essa conquista como gratidão.

AGRADECIMENTO

Agradeço a ajuda prestimosa de minha orientadora, Hedi, pela paciência e carinho com que sempre me acolheu;

Agradeço a meus professores que sempre souberam me encaminhar nos estudos;

Agradeço aos meus colegas pelo apoio e estímulo nesta caminhada.

Quem espera na pura espera

**Vive um tempo de espera vã,
por isso, enquanto te espero.**

Trabalharei os campos e

**Conversarei com os homens
Suarei meu corpo, que o sol queimará,
meus pés aprenderão os mistérios dos
caminhos**

Meus ouvidos ouvirão mais;

**Meus olhos verão o que antes não viam,
Enquanto esperarei por ti.**

Não te esperarei na pura espera

**Porque o meu tempo de espera é um
Tempo de que fazer.**

Paulo Freire

RESUMO

Este estudo aborda questão da inclusão de sujeitos, pouco escolarizados na modalidade de Educação de Jovens e Adultos pelo Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Tem como foco as políticas públicas para a diversidade, inclusão social e a escolarização do sujeito. Objetiva analisar e refletir sobre os processos de inclusão viabilizados através do PROEJA. Os dados foram obtidos através de entrevistas que são abordadas através dos depoimentos de alunos com faixa etária de trinta á quarenta e cinco anos de idade. O *lócus* do trabalho ocorreu na Instituição Pública da Rede Federal de Ensino Técnico e Tecnológico Instituto Federal Farroupilha, no PROEJA - Ensino Médio e PROEJA - FIC, situado na cidade de Santa Rosa, RS. A análise e as reflexões baseiam-se nos autores, como: Freire (2011), Gadotti (2005), Arroyo (2005), Soares (2002), Haddad e Di Pierro (2000), articulada com o Documento Base do PROEJA, Constituição Federal Brasileira (1988), Declaração Universal dos Direitos Humanos (2001) e LDB (nº 9.394/1996). Portanto, a busca é pela garantia de um direito social e constitucional da escolarização atendendo as necessidades educacionais e culturais dos jovens e adultos.

Palavras- chaves:

Educação de Jovens e Adultos, Diversidade, Políticas Públicas, Escolarização.

ABSTRACT

This study addresses the issue of inclusion of subjects with little schooling in the form of Youth and Adult Education by the National Program for Integration of Professional Education to education in the form of Basic Education for Youth and Adults (PROEJA). It focuses on public policies for diversity, social inclusion and education of the subject. It aims to analyze and reflect on the processes of inclusion made possible through PROEJA. Data were obtained through interviews that are addressed through the testimonies of students aged thirty to forty-five years old. The locus of the work occurred in the Federal Public Institution Network of Technical Education and Technological Institute Federal Farroupilha in PROEJA - High School and PROEJA - FIC, located in Santa Rosa, RS. The analysis and reflections are based on the authors, as Freire (2011), Gadotti (2005), Arroyo (2005), Soares (2002), Haddad and Di Pierro (2000), in combination with the Base Document PROEJA, Constitution Federal of Brazilian (1988), Universal Declaration of Human Rights (2001) and BDL (n° 9.394/1996). Therefore, the search is by ensuring social and constitutional right of education meeting the educational and cultural needs of young people and adults.

Keywords:

Youth and Adult Education, Diversity, Public Policy, Schooling.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. DIVERSIDADE HUMANA E A ESCOLARIZAÇÃO.....	11
1.1 O diverso na igualdade.....	14
1.2 A escolarização e a inclusão.....	19
1.3 Políticas públicas: diversidade e a inclusão.....	23
2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO PROGRAMA DE INSERÇÃO SOCIAL E RESPEITO À DIVERSIDADE.....	25
2.1 O contexto da modalidade EJA no processo educacional.....	27
2.2 Programas de escolarização na EJA... para quê?.....	32
2.3 PROEJA: política pública de inclusão e respeito à diversidade.....	38
3 PROEJA: UMA HISTÓRIA PARA CONTAR... O REENCONTRO COM A SOCIEDADE.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	46

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema PROEJA: Programa de Inserção social e respeito à diversidade. Objetiva analisar e refletir sobre os processos de inclusão viabilizados através do PROEJA para compreender as características fundamentais inerentes que o Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos proporciona. Desta forma, a busca é pela emancipação humana como prática de liberdade, numa apropriação da sua realidade viabilizada pela leitura de mundo, construção da autonomia e empoderamento consciente de um processo de transformação social.

A educação de jovens e adultos, ao se apresentar como condição que ultrapassa a dimensão de um direito apenas, fortalece a qualidade educacional e o exercício da cidadania. Partindo deste pressuposto, aponta-se reflexões sobre o PROEJA, instigando a compreensão de sua função e o que vem sendo desenvolvido como praticidade, principalmente, no que traz de significado para o sujeito.

O aporte teórico se constitui a partir da análise, de documentos que se consolidaram ao longo da história na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, sendo os principais autores: Freire (2011), Gadotti (2005), Arroyo (2005), Soares (2002), Haddad e Di Pierro (2000), além disso, articula-se este universo com o Documento Base do PROEJA, Constituição Federal Brasileira (1988), Declaração Universal dos Direitos Humanos (2001) e LDB (nº 9.394/1996).

Os dados empíricos foram obtidos através de entrevistas que são abordados em depoimentos, como coleta para uma análise reflexiva sobre o processo de escolarização. Os sujeitos do estudo apresentam faixa de idade entre trinta a quarenta e cinco anos de idade. O *lócus* da pesquisa é a Rede Federal de Ensino Técnico e Tecnológico Instituto Federal Farroupilha, localizada na cidade de Santa Rosa, RS, que oferta cursos de PROEJA Ensino Médio ¹e PROEJA- FIC².

O trabalho encontra-se organizado em três capítulos. No primeiro capítulo prioriza-se as reflexões sobre a diversidade, inclusão e escolarização. Inclui-se abordagem das dimensões conceituais sobre o processo de direito ao acesso à

¹ Programa Nacional de Integração da Educação Profissional técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

² Programa Nacional de Integração da Educação Profissional técnica- Formação Inicial e continuada- Ensino Fundamental.

educação de sujeitos, que historicamente foram privados deste direito. Na maioria das vezes se encontram à mercê de acesso e de melhorias e condições de vida, tanto profissional como transformação como sujeitos participantes na sociedade.

No segundo capítulo, aborda-se a Educação de Jovens e Adultos, que através do PROEJA resgata a inserção social e respeito à diversidade. Destaca-se ainda o processo histórico da EJA no Brasil, refletindo o porquê e para que os movimentos sociais invistam na contribuição da educação como forma de construção paridade.

Finaliza-se com um terceiro capítulo onde, analisa-se os depoimentos de alunos do PROEJA, destacando-o como um programa que favorece o reencontro do sujeito com a sociedade e consigo mesmo, realizações na qualificação profissional e transformação pessoal. Portanto os processos de inclusão pressupõem um profundo respeito a diversidade, os quais permitem a inserção social.

1. DIVERSIDADE HUMANA E A ESCOLARIZAÇÃO

O ser humano se constrói em sociedade. A sociedade é construída a partir da dinâmica movimentação e interação entre os humanos. A contemporaneidade é o tempo presente, que se fez enquanto consequência da história e dos inúmeros processos tecnológicos, econômicos, sociais, políticos e ecológicos, que ao longo da mesma, foram se consolidando na busca da compreensão social dentro dos vários contextos e processos juntando com a subjetivação dos sujeitos libertos na autoconstrução de criar e recriar o seu papel social, através de uma prática que possa consolidar a luta pela construção de direitos.

A sociedade e o sujeito se integram na construção de mundo, juntos se reconstituem como um entrelaçamento em busca da sua própria história e existência. Neste enlace surgem o saber conviver com as diferenças, ou seja, com a diversidade humana.

A diversidade, aqui é entendida como o conjunto das diferenças e peculiaridades individuais que não se igualam e que são impossíveis de padronizar, por mais que a sociedade muitas vezes deseje unificar. A singularidade própria de cada um caracteriza cada ser, enquanto sujeito, pois a partir da multiplicidade dos aspectos pessoais é que forma o conjunto social dos sujeitos humanos.

Conviver com a diversidade é proporcionar interação com as diferenças existentes, é não negar a dinâmica social e educativa. Segundo Sacristán (2002, p.17), “somos únicos porque somos ‘variados’ internamente, porque somos uma combinação irrepitível de condições e qualidades diversas que não são estáticas,”.

Nessa perspectiva o autor afirma ainda que:

... a diversidade, assim como a desigualdade, são manifestações normais dos seres humanos, dos fatos sociais, das culturas e das respostas dos indivíduos frente à educação nas salas de aula. A diversidade poderá aparecer mais ou menos acentuada, mas é tão normal quanto à própria vida, e devemos acostumar-nos a viver com ela e a trabalhar a partir dela. A heterogeneidade existe nas escolas, dentro delas e também nas salas de aula porque existe na vida social externa. A educação também é causa de diferenças ou da acentuação de algumas delas. Nós professores e professoras participamos da diversificação e da homogeneização, da equiparação e da desigualdade (SACRISTÁN, 2002, p. 15).

As conquistas, no plano dos direitos, alcançada pelo coletivo têm avançado significativamente e demarcado as relações entre Estado e sociedade. Não é difícil

reconhecer que a política educacional brasileira, ainda que de forma tímida, tem sido atenta à diversidade do país e, também, tem sido gestada em espaços cada vez mais abertos ao diálogo.

É possível reconhecer o impacto e o valor das experiências produzidas nas áreas educacionais pelos movimentos sociais e necessidades da população, constituindo-se em formulação e aplicação de políticas públicas que contemplem a diversidade educacional.

No contexto das políticas públicas educacionais a diversidade é uma questão de direito, constituindo-se uma forma de entender a educação, ao longo da vida e as instituições escolares buscam estruturar-se no próprio sistema de ensino. A diversidade permeia neste contexto com o sentido de orientar, organizar e evidenciar um olhar em que, a prática educativa pode ser muito além de apenas dotar-se de conteúdos. Um olhar que possa envolver uma visão crítica em busca de entendimento cultural, para que a sociedade e os vínculos sociais possam ter dimensão de respeito e humanização. A diversidade é um instrumento cultural em que a educação é solicitada como ferramenta possível em praticas educativa para todos.

A diversidade pode ser proporcionada em uma constatação de possibilidades como proposições políticas sociais de direitos iguais e, principalmente, como espaço educacional, um meio de respeito à liberdade básica da busca, do ser como transformação em sujeito.

Para Sacristán (2002), o conceito de diversidade, está relacionado com as aspirações dos povos e das pessoas à liberdade para exercer sua autodeterminação. Está ligado ainda à aspiração de democracia e à necessidade de administrar coletivamente realidades sociais que são plurais e de respeitar as liberdades básicas.

O respeito à diversidade é uma forma de garantir que a cidadania seja exercida. O desenvolvimento de atitudes de tolerância e respeito à diversidade tem a ver com o direito à educação, o direito à igualdade de oportunidades e o direito à participação na sociedade.

Entendo que um dos maiores desafios que a diversidade põe à educação consiste na construção de um projeto compartilhado por todos, que simultaneamente contemple e respeite as diferenças particulares de cada sujeito.

A educação de jovens e adultos, neste contexto, torna-se mais que um direito,

é um meio para qualificar a formação. É proporcionar o exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade viabilizando oportunidades para todos. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento democrático como igualdade de oportunidade na educação e da justiça social como forma de inclusão de todos os sujeitos participantes da sociedade brasileira, acarretando desenvolvimento socioeconômico e, além de ser um requisito fundamental para a construção de um mundo aberto ao diálogo e menos excludente proporcionando assim, identidade ao cidadão e dando significado à sua vida.

A educação de jovens e adultos engloba todo o processo de aprendizagem, onde sujeitos desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades, da sociedade, e principalmente na transformação pessoal.

Para enfrentar esse desafio, o Ministério da Educação do Brasil, criou em 2011 a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, com a tarefa de construir as estruturas necessárias para formular, implementar, fomentar e avaliar as políticas públicas voltadas para os grupos tradicionalmente excluídos de seus direitos, e ao mesmo tempo articular ações de políticas inclusivas, sociais, culturais e profissionais mostrando assim, a importância e valorização de aprender a conviver com as diferenças dentro da diversidade social, cultural e profissional proporcionado pela miscigenação dos povos e, principalmente, pela sua necessidade de tornar-se cidadão com acesso igualitário de educação.

A Secretaria tem como princípio em dar atenção à diversidade e a educação para todos, considerando o paradigma da inclusão, e a perspectiva de garantir acesso à educação e melhoria das condições de aprendizagem e participação no processo escolar, independente de raça, gênero e idade.

Portanto, pensar no processo de escolarização e remeter a um olhar que dimensiona o respeito para com o outro, o sujeito traz em sua história de vida sua cultura, seu modo de pensar e agir, e ao juntar com seus pares se transforma, em ser diverso. Pensar em diversidade significa estar em comunhão com o outro e mergulhar em uma dimensão coletiva do saber respeitar o seu espaço e principalmente o do outro. Compreender que todos têm a mesma necessidade de ter acesso na sociedade e a permanência no convívio escolar. (Freire, 2011).

1.1 A diversidade na igualdade

A igualdade como princípio dos direitos humanos norteia entre os seres humanos a redução das diferenças discriminatórias. Trata-se de romper com a ideia de homogeneidade, e destacar a ideia de que é a heterogeneidade é que produz a sensibilidade e a percepção do outro como diverso.

Aristóteles (1991), ao declarar que precisamos tratar igualmente os iguais, e desigualmente os desiguais, certamente não pretendia acirrar preconceitos, mas apenas constatar que diferenças existem e devem ser consideradas para a integração social, e isso, já em séculos distantes.

A realidade em que vivemos traz à tona a conscientização que cada vez mais a afirmação de que ser igual não quer dizer ser idêntico. Podemos ser semelhantes na igualdade e na diferença, mas cada um tem a sua subjetividade ao interagir no contexto social, objetivando as diferenças entre si. Um dos momentos importantes abordando em defesa da igualdade como elo de existência entre o homem e a sociedade parte de princípios de que as questões por direitos iguais e que demonstra a igualdade para inserção social do sujeito. Para Freire (2011) o sujeito social e o processo, no qual o ser humano é parcela orgânica e ativa, constituindo-se na e como historicidade, ou seja, sua plenitude de existência consiste em atitudes que transformam o meio que vive de forma consciente, responsável em uma dimensão coletiva simultânea de transformadores e transformados.

O Princípio da Igualdade, explicitado no artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, rege que: “Todos somos iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza”, sendo necessário levar em conta, a relação entre homens e mulheres, crianças, jovens e adultos, enfim sem distinção de raças, culturas e gêneros, e que se destaca na sociedade como fator importante de igualdade e respeito às diversidades.

Cada ser humano é único, possui suas particularidades e necessidades em todo contexto social, mas o fato é de que a Lei de acesso para as condições básicas necessárias para o sujeito viver em uma sociedade é aplicada para todos. Nesta perspectiva ninguém se encontra acima ou abaixo desta, mas sim por direito de igualdade social.

Assegurar os direitos de acesso às condições básicas de cidadania seria, eventualmente, proporcionar ao sujeito possibilidades de transformação e interação

na sociedade. Garantia de saúde, segurança, moradia, trabalho, alimentação, direito de ir e vir e principalmente a educação, são fatores de importância para promover o desenvolvimento em uma sociedade. A Lei, no entanto, não entra como proposta de homogeneidade para o sujeito, mas sim como proposta de respeito as heterogeneidade dos mesmos, como um respaldo de proporcionar a garantia de acesso igualitário para todos nos âmbitos da sociedade. Destaca-se em meio a este processo como forma de assegurar a esta igualdade ações de fomentação as políticas públicas.

Por anos viveu-se a hegemonia dos iguais, ficando difícil romper com essa concepção e perceber que a diversidade não é problema. Principalmente quando se trata em educação escolar, muito se tem feito, mas há uma necessidade maior de romper com esses conceitos em todos os setores educacionais, pois é neste espaço que se aprende a conviver com as diferenças na diversidade que o sujeito produz na sociedade.

Destacam-se como um dos fatos marcantes, os jovens e adultos que não tiveram acesso, na infância e na adolescência, ao ensino fundamental, estes estariam excluídos sem acesso a uma nova oportunidade de vida escolar e social. Produzia-se como negação o reconhecimento da escolaridade de jovens e adultos em tempos e percursos diferentes, em outras épocas. Percursos sociais onde se revelam os limites e possibilidades de ser reconhecidos como sujeitos dos direitos humanos (Arroyo, 2005). A promoção da diversidade é condição de viabilizar o surgimento do novo olhar de humanização, escolarização e inserção na sociedade.

É necessário ir além da constatação de que somos todos diferentes. É preciso localizar e corrigir as distorções minorando ou eliminando os mecanismos produtores de desigualdade. O respeito à diversidade como valor implica em atitudes que levem da contemplação à ação cotidiana coletiva, favorecendo a afirmação do direito à vida, trabalho, alimento, moradia, enfim a sua historicidade e sua identidade.

Assumir medidas especiais através de programas ou projetos com objetivos de amenizar as desigualdades historicamente instituídas garante a igualdade de oportunidades, bem como a compensação das perdas provocadas pela discriminação e marginalização por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero que ao longo do tempo sofre com a disparidade de igualdades de acesso. Este vem contribuir para, através da convivência, dirimir os efeitos da segregação e principalmente amenizar a desigualdade social em diferentes contextos e faixas

etárias.

O principal objetivo neste momento é o reconhecimento e o respeito pela diversidade, viabilizando oportunidade de escolarização, gerando as mudanças devidas a esses grupos e a toda sociedade.

Segundo a Declaração dos Direitos Humanos (2007), a igualdade, no campo do reconhecimento da individualidade de cada ser humano, está ligada à afirmação do princípio da não discriminação, ou seja, reconhece que todos são iguais perante a Lei, e, portanto, não pode haver discriminações excludentes á grupos de pessoas indiferentes de seu modo de vida ou condição social que escolheu para viver, sejam retirados os seus direitos de exercer a sua cidadania.

O direito à igualdade proporciona a busca da liberdade e autonomia do sujeito, além disso, possibilita a inserção de todos na sociedade. Esta busca torna o convívio social mais democrático e menos excludente. Sabe-se que muitos desses processos tornam-se lentos e desafiadores, mas ao mesmo tempo renasce como forma esperançosa do sujeito participar da sua própria construção e autor de sua história.

A escola faz parte de um direito social do sujeito e, é vista como um espaço propício para conviver com a diversidade. A Constituição Federal Brasileira de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei Federal nº 9.394/1996) afirmam o exercício da cidadania como uma das finalidades da educação e estabelecem uma prática educativa inspirada em princípios de liberdade e ideais de solidariedade humana, buscando através da finalidade do pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No contexto escolar percebem-se algumas dificuldades do sujeito ao buscar este espaço de cidadania e autonomia, torna-se frágil, muitas vezes é de difícil superação no início do processo. O estudante ao iniciar ou reiniciar seus estudos necessita de adaptação, e aprender a relacionar-se com o novo em sua vida. Principalmente, em perceber as mudanças que ocorre a cada momento na sociedade e no processo escolar, pois o que aprendeu em tempos atrás já não é mais suficiente para a educação de hoje. Mesmo assim, percebe que neste espaço acontecem as transformações sociais que a sociedade proporciona e necessita, na qual ajudará na relação de constituir-se sujeito.

Para o professor também é um grande desafio, pois o mesmo precisa

adaptar-se com a realidade do estudante que, por muito tempo encontrava fora do processo escolar. É possível observar no depoimento do estudante do Programa Proeja, Francisco³ (55 anos).

As dificuldades foram muitas, a gente fica totalmente desatualizado, é muito diferente, mais difícil, eu, por exemplo, na matemática simples nunca perdi para ninguém, mas na matemática moderna agora estou me arrastando, agora estou começando a pegar alguma coisa, não é fácil, mas pretendo ir em frente.⁴

Esta constatação nos remete entender que, é no participar do processo escolar que o sujeito desenvolve maior conscientização sobre o mundo. Sente-se parte da sociedade e passa a assumir e comprometer-se diante do contexto histórico social. Isso significa para sua vida uma possibilidade de retomar a práxis humana, e ao mesmo tempo abrir seus horizontes, fazer e refazer-se ao mundo e a si mesmo, dentro das possibilidades concretas, e, principalmente, em exercer plenamente seu direito de acesso á democracia social.

A democracia é como algo que não acontece de uma hora para outra, ela vem junto com a liberdade, e a autonomia, e isso tudo é um *processo* que faz parte da própria humanização do ser humano, da sua vocação para *ser mais*. A vocação que atua em condições concretas e que na sua práxis vai partejando o novo, já que o ser humano é um ser molhado de história, como gosta de dizer, ou seja, “[...] um ser finito, limitado, inconcluso, mas consciente de sua inclusão. Por isso, um ser ininterruptamente em busca, naturalmente em processo” (FREIRE, 2001).

Ao considerar-se á favor da liberdade, da justiça, da ética e da autonomia, o sujeito juntamente com a escola e a sociedade se constitui, tornando-se assim o diverso na diversidade que busca formas de um processo mais justo e democrático, onde o mesmo possa libertar-se de suas amarras e buscar um caminho libertador, justo e humano através da escolarização.

Um desses sonhos para que lutar, sonho possível, mas cuja concretização demanda coerência, valor, tenacidade, senso de justiça, força para brigar, de todas e de todos os que a ele se entreguem, é o sonho por um mundo menos feio, em que as desigualdades diminuam em que as discriminações de raça, de sexo, de classe sejam sinais de vergonha e não de afirmação orgulhosa ou de lamentação puramente cavilosa (FREIRE, 2001, p.25).

³ Todos os Nomes apresentados no decorrer da monografia serão fictícios para manter a privacidade dos sujeitos

⁴ Os depoimentos encontram-se na íntegra conforme sua fala.

A educação é compreendida como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito articula com apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre e para o ser humano, para que todos possam relacionar e contextualizar valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos e da diversidade nos espaços da sociedade. Através deste processo possibilita a formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político; desenvolvendo processos metodológicos participativos e de construção coletiva. Essas práticas geram fortalecimento individual e nos grupos sociais que transformam ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos.

Tal tarefa, complexa por natureza, pressupõe a educação de todos (crianças, jovens e adultos), a partir de princípios coerentes com esses objetivos, e com a intenção explícita de promover a cidadania pautada na democracia, na justiça, na igualdade, na equidade e na participação ativa de todos os membros da sociedade nas decisões sobre seus rumos.

Dessa maneira, pensar em uma educação para a cidadania torna-se um elemento essencial para a construção da democracia social e o respeito à diversidade. Entende-se que tal forma de educação que necessita visar, também, o desenvolvimento de como lidar com a diversidade e o conflito de ideais, as influências da cultura os sentimentos e emoções presentes nas relações dos sujeitos, proporcionar um espaço de convívio social igualitário.

Para tanto existe uma necessidade de respeito ao estudante que chega com estas dimensões, e principalmente, remeter a um olhar humanizador, como sujeito que traz consigo história de vida, e que muitas vezes, necessita de maior tempo para ser compreendido e empoderar-se dos fatos reais que levam a liberdade e transformação com autonomia.

Os depoimentos coletados na turma do PROEJA, retrata bem esta questão de tempo, empoderamento, sonhos e transformações. Foi possível perceber no depoimento de uma professora, Cátia (33 anos), que ao ensinar matemática em suas primeiras aulas, notou que seus alunos não entendiam a linguagem específica da disciplina. Segundo ela, parou com seu planejamento e através de uma conversa com a turma percebeu que deveria usar uma linguagem mais adequada para haver entendimento e escutando o que cada um trazia como história de vida em relação a

sua aprendizagem sobre a disciplina. Aos poucos foi mudando e reorganizando seu planejamento das práticas em sala de aula, considerando a linguagem do grupo, partindo do conhecimento que o aluno trazia.

As relações do diálogo, fundamentada em uma consciência do inacabado, forneceram neste momento bases para a reciprocidade do ensinar e do aprender, compreendida em uma dimensão de processo de conhecer. “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p.25).

A educação escolar é viável para promover os direitos humanos, nesse modo, a educação é compreendida como um direito em si mesmo e favorece o acesso a outros direitos. Fortalecendo, assim a sociedade e a educação, oportunizando e possibilitando a socialização e a aprendizagem do sujeito plenamente como ser. Aprender a conviver com o outro através de trocas de ideias, possibilita um espaço de cultura e oportunidades para fortalecimento do respeito à diversidade.

Para Freire (2002) a libertação é como um processo de comunhão entre os homens e as mulheres e a concepção interativa de desenvolvimento individual e social. Entrelaçando um ao outro nas suas concepções, a relação sujeito/sujeito e sujeito/mundo são indissociáveis. Afirma que: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediados pelo mundo” (FREIRE, 2002, p. 68). E nesse mundo que o diverso se expande, busca espaço de igualdade na dimensão de direitos, oportunidades vivenciadas, melhorias de vida e o aprender na diversidade social, para si e para o outro.

1.2. A escolarização e a inclusão

A escola é um dos *lócus* de diversidade que possibilita a interface de aprendizagem em processo de humanização. A aprendizagem não apenas como reprodução, mas como um lidar com a própria diversidade em um modo dialético do eu e a do nós, pois não nascemos prontos, nos tornamos humanos pela educação, e seu acesso é um direito de todos. Uma das tarefas da escola constitui-se quando através de ações possíveis em possibilitar ambientes de aprendizagem socializador que respeitem o aprender a conviver com o outro.

A escolarização envolve processos de inclusão de grupos sociais que fomentam ações de respeito às diferenças de cada um, e a compreensão de

conceitos de uma cultura democrática de convivência aos valores da tolerância, de solidariedade, da justiça social e na sustentabilidade da inclusão na pluralidade.

Nessa concepção, há possibilidades da cidadania plena para a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de valores, atitudes e comportamentos favorecem a construção da inclusão, proporcionando aprendizagem, desenvolvimento social e emocional do sujeito.

A educação, nesse entendimento, ocorre na comunidade escolar em interação com o outro, e um processo ético que respeita a alteridade do outro, em sua singularidade, pois sem este procedimento não se pode entrar em processo de diálogo libertador. Como afirma a estudante do PROEJA, Ana (37 anos), “Eu precisava voltar a estudar... resgatar minha vida [...] aqui um ajuda o outro, um apoia o outro em suas dificuldades, para não desistir”.

Não é somente no espaço escolar que se adquire o conhecimento, mas é nele que esse saber aparece sistematizado e codificado. Saberes necessários para viver na sociedade a quem pertencem. Contribuindo assim para a formação de cidadãos atualizados usufruindo o saber que o homem produz, contribuindo na inserção e transformação do sujeito. Ou seja, é na escola que faz a mediação do saber popular (empírico) com o saber científico (teórico) fortalecendo assim, um espaço social privilegiado, onde se definem ações de universalização que indiquem equidade, é condição essencial para a disseminação do conhecimento socialmente produzido na democratização da sociedade.

De acordo com a Lei nº 9.394/96, a escola pública, em todos os níveis e modalidades de Educação Básica tem o papel humanizador e socializador. Sua função social é formar cidadão, que possam desenvolver habilidades que possibilitem a construção do conhecimento, de atitudes e de valores, que tornem o estudante solidário, crítico, ético e participativo para conquista da cidadania.

Para que a escola possa realizar esta função, é preciso levar em conta a vida cotidiana daqueles que a constituem, uma vez que cada um traz consigo elementos extrínsecos a realidade escolar, os quais devem ser relevantes dentro do espaço de criação e recriação das relações que se estabelecem nesse ambiente, sendo uma referência permanente na ação educativa. Assim como, é indispensável na escola socializar o saber sistematizado, historicamente acumulado, como patrimônio universal da humanidade, fazendo com que esse saber seja criticamente apropriado pelos educandos que já trazem consigo o saber popular, o saber da comunidade em

que vivem e atuam. Segundo Freire (1996, p.87),

...se faz necessário na escola, uma prática pedagógica participativa, dialógica e democrática, ressaltando que a aprendizagem deve sempre desenvolver competências e habilidades a fim de que o educador e o educando entendam a sociedade em que estão inseridos como um processo permanente de reconstrução humana ao longo das gerações, num processo contínuo, dotado de historicidade, compreendendo que a garantia desse espaço de socialização depende do respeito às individualidades, para que cada um construa a si próprio como agente social, alcançando o bem da coletividade.

Este espaço privilegia para a construção e consolidação da cultura da ideia em defesa para uma inclusão com educação para todos capazes de satisfazer as necessidades, seja quais forem, pessoais ou sociais. Percebe-se que a educação e o processo escolar têm a necessidade de procedimentos pedagógicos que possam possibilitar ações humanizadora e libertadora, voltada para o respeito e valorização da diversidade e aos conceitos de sustentabilidade e de formação da cidadania ativa.

Entendo que a educação e inclusão são atitudes que requerem um conjunto de ações, que proporcionam para todos a participar no contexto, pois o mesmo envolve participação da comunidade em uma conexão de minimizar a desigualdade que atinge a sociedade no contexto de oportunidade profissional e social. “É o meio mais efetivo de combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando a educação para todos” (UNESCO, Declaração de Salamanca, 1994, XI).

Retrato esta realidade ilustrada no depoimento do estudante do PROEJA, Paulo (32 anos):

Voltei a estudar porque comecei a ter uma grande necessidade porque minha zona de conforto estava sendo atacada e eu comecei a querer ampliar meus horizontes, isso provocou inquietude [...] precisava de uma transformação profunda [...] encontrei algo novo ao voltar estudar [...] isso trouxe transformação não só no convívio social, mas também no convívio familiar.

Através desta afirmação percebe-se o quanto a escolarização vem transformando o sujeito e principalmente a sociedade, tornando-a mais coletiva, humana e inclusiva fazendo-se necessariamente a compreensão que a educação está baseada na aceitação das diferenças e na valorização do indivíduo,

independentemente dos fatores físicos e psíquicos. Nessa perspectiva é que se fala em Inclusão, em que todos tenham os mesmos direitos e deveres, construindo um universo que favoreça o crescimento, reconhecimento as diferenças e a valorização á todos.

É na escola que se caracteriza a formação para a cidadania, e nela que se assume como centro de direitos e de deveres, ou seja, é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. Através deste processo é possível ofertar a inclusão para ser um espaço coerente com a liberdade de ser e aprender como uma produção comum do saber e da liberdade, baseado em um processo coletivo e contínuo na aprendizagem da diversidade.

Este espaço tem à importância da informalidade na aprendizagem, pois como instituição social também ocorre a contribuição para a manutenção da transformação social.

“É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornam educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade.” (FREIRE, 1996, p.64).

A educação significa colocar o indivíduo em contato com os sentidos que circulam em sua cultura, para que ele possa assimilá-los e nela viver. No entanto, isso não significa que estará assimilando todas as informações com uma atitude passiva. Ao contrário, para que tenha uma boa aprendizagem, é necessário que o indivíduo realize atividades que sejam consciente, participativa e transformadora de sua realidade interna e externa.

Entretanto percebo que a educação é um dos instrumentos gestores de mudança. Através dela o sujeito consegue compreender melhor a si mesmo e ao mundo em que vive, dessa forma, a educação tem como papel primordial de aceitar e acompanhar o desenvolvimento e a especificidade de cada sujeito, ou seja, renovar e promover a interação com o novo, tornado-se efetivamente um locus humanizador de inclusão e cidadania.

1.3. Políticas públicas: diversidade e inclusão

Todos os seres humanos nascem livres e são iguais em dignidade e direitos (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 2001, art. 1º). Esta afirmação encontra-se no recente documento elaborado com intuito de oferecer respaldo para a Inclusão. Demonstra claramente que esse processo necessita ser sustentado e garantido, através do decretado criado no Congresso Internacional, como forma de ações para o acesso e permanência á todos em uma Sociedade inclusiva.

O acesso igualitário a todos os espaços da vida é um pré-requisito para os direitos humanos universais e liberdades fundamentais das pessoas. O esforço rumo a uma sociedade inclusiva para todos é a essência do desenvolvimento social sustentável. A comunidade internacional, sob a liderança das Nações Unidas, reconheceu a necessidade de garantias adicionais de acesso para certos grupos. As declarações intergovernamentais levantaram a voz internacional para juntar, em parceria, governos, trabalhadores e sociedade civil a fim de desenvolverem políticas e práticas inclusivas. O Congresso Internacional “Sociedade Inclusiva” convocada pelo Conselho Canadense de Reabilitação e Trabalho apela aos governos, empregadores e trabalhadores bem como à sociedade civil para que se comprometam com, e desenvolvam o desenho inclusivo em todos os ambientes, produtos e serviços. (Declaração Internacional de Montreal sobre inclusão, 2001).

Para que isso seja possível há necessidade de ações de políticas públicas inclusivas, voltadas para movimentos sociais, evitando assim, ficar somente no discurso vazio. Ao comprometer-se com as políticas de inclusão de uma forma ou outra, envolvem-se como sujeitos participativos na sociedade. Os movimentos e programas educacionais oferecidos tornam-se realidade de acesso à escola como forma de minimizar a desigualdade social.

Esses movimentos possuem forças para motivar e mobilizar a população conforme suas demandas e necessidades. Dentre todas as ações oferecidas, colocam-se em destaque as ações para a educação, principalmente, quando trata-se de educação para jovens e adultos, devido à necessidade de ações disponível imediata, pois não há mais tempo para pensar em ações em longo prazo devido à necessidade de muitas vezes a própria sustentação do sujeito no meio social.

O Plano Nacional de Educação (em processo de votação) direciona também como forma de Inclusão social e fomenta ações e políticas públicas inclusivas. Estabelece para esta modalidade ações através de programas como forma de amenizar o “tempo perdido”, ou seja, vem com intuito de proporcionar alfabetização

e formação para esses jovens e adultos que se encontram fora do contexto escolar. Essa é uma das tarefas que consta no Plano Nacional de Educação:

Estabelecer programa nacional, para assegurar que as escolas públicas de ensino fundamental e médio localizadas em áreas caracterizadas por analfabetismo e baixa escolaridade ofereçam programas de alfabetização e de ensino e exames para jovens e adultos, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais. Estes programas intermeiam a relação sujeito e sociedade em busca de transformação social, econômica, política e cultural. (PNE, 2012, p.03)

Através disso percebe-se a necessidade, principalmente com jovens e adultos a vinculação entre educação escolar e o mundo do trabalho, como forma de inserção social já encontrada em conexão e respaldada na Lei nº 9394/96, que rege: “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social” (§ 2º do artigo 1º). Para entender melhor destaca-se o detalhamento no Decreto nº 5.154/2004, da sua regulamentação, ao considerar que a formação inicial e continuada de trabalhadores se constitui por cursos ou programas de Educação Profissional que articular-se-ão preferencialmente com os cursos de Educação de Jovens e Adultos, objetivando a educação para o trabalho, a elevação do nível escolar e meio de oportunizar educação para todos respeitando a diversidade social.

Neste contexto, surge por meio do Decreto nº 5.478 a instituição do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Este programa deseja contribuir para a melhoria das condições de inserção social, econômica, política e cultural dos jovens e adultos que se encontram fora do processo escolar sem concluir seus estudos em idade prevista formalmente. O PROEJA ganha significação no contexto de mudança e de universalização da educação básica, ampliando oportunidades de qualificação profissional e de perspectivas de continuidade de estudos a um público de escolaridade interrompida, fator limitador das chances de melhor inserção na vida social e no mundo do trabalho.

Feitas estas considerações, entendo que a Educação Profissional vem oferecer uma dimensão ao mundo do trabalho como suporte de atender não somente a demanda ou necessidade que o mercado de trabalho solicita, mas como também atender a disparidade social que se encontra na sociedade, que através deste programa busca-se atender os critérios de justiça social e transformação do sujeito.

2. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. PROGRAMA DE INSERÇÃO SOCIAL E RESPEITO Á DIVERSIDADE

Neste capítulo, contextualizo a Educação de Jovens e Adultos e os programas de inserção do sujeito na sociedade através da educação. Busco em um breve resgate histórico do processo no Brasil para marcar o porquê e para onde todos esses movimentos sociais se encaminham, comparando com a pesquisa de campo realizada através de entrevistas depoimentos com estudantes e professores do PROEJA, de uma Instituição Pública da Rede Federal de Ensino no município de Santa Rosa, Rio grande do Sul.

Historicamente, no Brasil, inúmeros movimentos sócio-políticos contribuíram para a construção de uma concepção ampla de educação, que incorporasse a articulação entre os níveis e modalidades de ensino, bem como os processos educativos ocorridos fora do ambiente escolar, nos diversos momentos da prática social. Tais movimentos têm sua trajetória fortemente marcada pelo manifesto dos pioneiros da educação, passando por várias reformas educacionais.

Como função social da educação, cabe destacar o entendimento de que a educação é um processo de uma prática social constituída nas amplas relações sociais. Essa concepção de educação, além de ampliar os espaços por onde pode ocorrer, sinaliza para a importância de que ela seja um processo contínuo de formação, ao longo da vida. Assim, para se concretizar como direito do cidadão, em consonância com o artigo 1º da Lei 9394/96, a prática social da educação deve ocorrer em espaços e tempos pedagógicos, para atender às diferenciadas demandas.

As políticas educacionais necessitam estruturar-se de forma á contribuir na discussão da relação entre formação, diversidade, inclusão e qualidade social da educação básica. Os desafios postos pela inclusão e a diversidade na educação básica estão a exigir medidas políticas que garantam a todos os grupos sociais, principalmente àqueles que se encontram histórica e socialmente excluídos, o acesso a uma educação de qualidade.

É notável a expansão da educação básica, e há um quantitativo de vagas cada vez mais crescente. Entretanto, as condições sociais adversas acabam condicionando o sucesso de muitos alunos. A média nacional de permanência na escola no período obrigatório é de oito anos, todavia, a realidade se estende até os

11 anos em média, e muitos alunos permanecem no ensino fundamental, quando já deveriam estar cursando o ensino médio. As expressões mais claras desta realidade são a repetência, a reprovação, e principalmente, a evasão. Ambas promovem a manutenção da distorção idade e ano escolar retardando o acerto no fluxo escolar que continua a reproduzir excluídos. Neste contexto, a Educação de Jovens e Adultos em muitos casos se constitui como alternativa de inclusão social para os alunos que já estão fora do sistema de ensino (Arroyo, 2011).

Encontra-se claramente no depoimento da estudante do PROEJA, a importância do recomeço e do resgate de sua vida através da educação. Ana (45 anos), “eu precisava resgatar minha vida, e através deste projeto comecei a recomeçar minha vida, [...] eu contava os dias para começar [...] foi um resgate de minha vida [...] não sei o meu futuro, só sei que o meu maior diploma foi que eu consegui vencer”. O sujeito ao ter possibilidade de reconstruir sua história e fazer-se parte do mundo torna-se um viés de esperança e participação na e para a sociedade, como afirma Freire (2011), Homens e mulheres, como seres da esperança, estão diante da possibilidade de criar o mundo.

A educação de jovens e adultos, diante deste contexto vem como proposta desafiadora de resgatar um compromisso histórico da sociedade brasileira e de contribuir com a igualdade de oportunidades, inclusão e justiça social. Para tanto, esta modalidade de ensino refere-se e sustenta-se em princípios de respeito à identidade do sujeito estudante em diferentes idades como forma de equidade, diferença e proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos.

Conforme encontra-se no Plano Nacional de Educação:

Parágrafo único. Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar:

I - quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;

II- quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;

III - quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica. (PNE, 2012)

Nesta perspectiva, a educação de jovens e adultos representa uma promessa de efetivar o desenvolvimento de todas as pessoas, perpassando por adolescentes, jovens, adultos e idosos, os quais poderão atualizar conhecimentos, mostrar habilidades, trocar ideias e ter acesso a novas regiões do trabalho e de cultura. Pois a mesma está vinculada a projetos sociais como inclusão do povo na sua diversidade como sujeito de direitos.

2.1. O contexto da modalidade EJA no processo educacional

A modalidade de ensino da Educação de Jovens e adultos vem sendo assumida como um ato político de exercício de emancipação e libertação. Este sempre contribuiu para que ocorra na população a busca de humanização e de entender o mundo.

Diante deste contexto, ao pesquisar foi possível encontrar índices de analfabetismo especificamente no senso de 2000, considerado atual, após 12 anos. Este identificou um universo de 16 milhões de pessoas, 16,3% da população acima de 14 anos sem o domínio da leitura e da escrita. Isso frustrou as expectativas oficiais. Além de aparecer um recente fenômeno que é o analfabetismo funcional: pessoas que passam pela escola, mas não dominam os códigos da leitura e da escrita. Inserem-se nesta categoria, grupos que não concluíram as quatro primeiras séries do ensino fundamental, elevando o número de pessoas que não conseguem utilizar a leitura e a escrita no seu cotidiano familiar, de trabalho e comunitário para 50 milhões de pessoas acima de 14 anos, quase 34% da população nesta faixa etária.

Em uma década (entre 2000 e 2010) a taxa de analfabetismo entre a população com 15 anos ou mais diminuiu 4 pontos, segundo os Indicadores Sociais Municipais do Censo Demográfico 2010, divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Uma queda de 13,6% para 9,6%. Na área urbana, o indicador passou de 10,2% para 7,3% da população. Já nas áreas rurais, ele teve uma melhora de 29,8% para 23,2%. Considerando apenas o âmbito dos Estados, a

menor taxa de analfabetismo foi encontrada no Distrito Federal (3,5%) e a maior em Alagoas (24,3%). Podemos identificar que as maiores quedas entre a população com 15 anos ou mais se deram no Norte (de 16,3% em 2000 para 11,2% em 2010) e no Nordeste (de 26,2% para 19,1%), mas também ocorreram reduções nas regiões Sul (de 7,7% para 5,1%), Sudeste (de 8,1% para 5,4%) e Centro-Oeste (de 10,8% para 7,2%).

Estes dados podem ser interpretados como uma perspectiva positiva dentro do cenário da Educação de Jovens e Adultos, mas antes de falar como aspecto positivo é necessário percorrer um breve histórico da própria EJA, para conseguir entender um pouco melhor sobre estes índices apresentados. Afinal é através de programas direcionados como políticas públicas para esta população é que se vem amenizando as desigualdades sociais encontradas ao longo da história brasileira.

Os fatos históricos apresentados aqui serão como um apanhar de ideias para melhor compreender o processo. Os dados coletados são de pesquisa bibliográfica que ao longo do tempo fomentou um processo histórico na educação de jovens e adultos no Brasil.

Começamos pelo final do século XIX, no Brasil. Neste período as oportunidades de escolarização eram muito restritas e acessíveis a apenas uma minoria da população. A difusão da alfabetização ocorreu no século XX, acompanhada pelo grande marco da Constituição Brasileira, bem como também através das Convenções internacionais que proporcionaram de certa forma, “pressão” em função da desigualdade social a diversidade mundial e educação para todos.

A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresenta muitas variações ao longo do tempo, demonstrando estar estreitamente ligada às transformações sociais, econômicas e políticas que caracterizaram os diferentes momentos históricos do país. A partir da década de 30, a educação básica para os adultos começou a ter destaque dentro da história da Educação no Brasil, assim passou a ocorrer profundas transformações. Isso se deu com a ênfase devido ao processo de industrialização e concentração populacional em centros urbanos, e o ensino básico passou a ser gratuito, como obrigação do Estado, através disso estendia-se consideravelmente para acesso de uma grande massa da população.

Podemos compreender este processo analisando através da linha de tempo demonstrada a seguir, diante aos seus acontecimentos históricos dentro da

Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Como início entre 1500 a 1822, época em que o Brasil é considerado Colônia e a educação encontrava-se centrada através dos Jesuítas, que fomentavam a catequização dos indígenas. Após 1822 a 1888, época do Brasil Império, e o momento de sua transição para a República, neste período a educação de adultos começa delimitar seu lugar na história da educação, ocorrendo a expansão da rede escolar e programas contra o analfabetismo que visavam a supressão do mesmo devido ao interesse de voto.

Dentre os períodos de 1900 a 2000 destacamos resumidamente através de décadas, os principais acontecimentos conforme segue⁵:

Década de 30	A educação de adultos começa a delimitar seu lugar da educação brasileira.
Década de 40	Ampliação da educação elementar, inclusive da educação de jovens e adultos. Neste período, a educação de adultos toma a forma de Campanha Nacional de Massa. Ocorre o fim da Ditadura, Criação da UNESCO, 1945.
Década de 50	A Campanha se extingue antes do final da década. As críticas eram dirigidas tanto as suas deficiências financeiras, quanto à sua orientação pedagógica, sendo insuficiente para ocorrer com a baixa do analfabetismo brasileiro.
Década de 60	Surge o pensamento de Paulo Freire, através de uma proposta para alfabetização de adultos, inspirando os principais programas direcionados a alfabetização do país. <u>Em 1964</u> ocorre a aprovação do Plano Nacional de Alfabetização, que previa a disseminação por todo o Brasil programas de alfabetização orientados pela proposta de Paulo Freire, esta foi interrompida com o Golpe Militar e seus promotores foram reprimidos e exilados durante este período no país. <u>Em 1967</u> o governo assume o controle dos programas de Alfabetização de Adultos, tornando-os assistencialistas e conservadores. Nesse período lançou o MOBRAL- Movimento

⁵ Quadro elaborado com base na tese de Doutorado da Dra. Hedi Maria Luft: “As relações entre a escola e o mundo do trabalho na Educação de Jovens e Adultos trabalhadores um estudo com professores de EJA do Ensino Médio”.

	<p>Brasileiro de Alfabetização.</p> <p><u>Em 1969</u> - Campanha Massiva de Alfabetização.</p>
Década de 70	<p>O MOBRAL expandiu-se por todo o território brasileiro, diversificando sua atuação, das iniciativas mais importantes que derivaram este programa foi o PEI - Programa de Educação Integrada, considerado uma forma de condensar o antigo curso primário</p>
Década de 80	<p>Emergência dos movimentos sociais e início de abertura política.</p> <p><u>No ano de 1985</u>, o MOBRAL foi extinto e em seu lugar foi ocupado pela Fundação Educar, que apoiava financeiramente e tecnicamente as iniciativas de governo e entidades não governamentais para a realização de projetos de alfabetização de adultos.</p>
Década de 90	<p>Com a extinção da Fundação Educar, criou-se um vazio na Educação de Jovens e Adultos. Parte para alguns Estados e Municípios assumirem a responsabilidade de oferecer programas para a EJA. A história da educação de jovens e adultos chega a este período reclamando reformulações.</p> <p><u>No ano de 1990</u> acontece na Tailândia a Conferencia Mundial de Educação para todos, onde foram estabelecidas diretrizes plenárias para a educação de crianças, jovens e adultos.</p> <p><u>Em 1997</u>, na Alemanha a V Conferencia Internacional de Educação de Jovens, promovida pela UNESCO (Organizações das Nações Unidas), essa conferência representou um importante marco, à medida em que estabeleceu a vinculação da educação de adultos ao desenvolvimento que sustentava a ideia de equitativo da humanidade.</p> <p>Em 1998, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei 9394/96, dedicava dois artigos (arts. 37 e 38) no capítulo da Educação Básica, seção V, reafirmando a obrigatoriedade e a gratuidade da oferta de educação para todos.</p>

Na tabela a seguir demonstram-se brevemente fatos históricos no processo de educação de jovens e adultos no Brasil acontecidos durante os períodos dos

Anos de 2000 até 2009.⁶

Ano de 2000	É aprovado o Parecer nº 11/2000 CEB/CNE, que trata as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.
Ano de 2002	Surge o ENCCEJA -. O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, que tem como objetivo avaliar as habilidades e competências básicas de jovens e adultos que não tiveram oportunidade de acesso à escolaridade regular na idade apropriada.
Ano de 2003	Surge o programa Brasil Alfabetizado - Lançado pela Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo. O programa é voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos, tem como objetivo de abrir uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade.
Ano de 2005	Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, institui o PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens – tem como intuito de oferecer aos jovens, chance de aceleração de aprendizagem (para conclusão da 8ª série), inclusão digital e qualificação profissional básica.
Ano de 2006	PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos tem a principal base legal o Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, e seu objetivo principal é Fazer uma oferta de cursos de Educação de Jovens e Adultos com Educação Profissional. Tem como Jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de cursar o ensino fundamental e/ou ensino médio na idade regular e que busquem também uma profissionalização. Possui como possibilidades de oferta de cursos no: <ul style="list-style-type: none"> - Ensino Fundamental (EJA) com qualificação profissional - Ensino Médio (EJA) com qualificação profissional - Ensino Médio (EJA) com Educação Profissional Técnica Quem pode ofertar Proeja:

⁶ Quadro elaborado como fonte no MEC (Ministério da Educação).

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">- Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica,- Redes Estaduais,- Redes Municipais,- Entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical (Sistema S). |
|--|

Percebe-se que, na trajetória histórica da educação de pessoas jovens, adultos em nosso país sempre sofreu interferências do contexto histórico- sócio-político de cada época e na atualidade, a ênfase nessa educação de grande relevância, fica claro que o caminho em que a EJA percorre muito já foi feito, mas ainda há muito mais que se fazer. Não há como se acomodar com os avanços já realizados. É necessário vislumbrar novos horizontes na busca de amenizar a erradicação do analfabetismo em nosso país, e oferecer oportunidade e melhoria de vida para todos, principalmente, o acesso à educação, pois a mesma é direito de todos.

2.2. Programas de escolarização na EJA... Para quê?

A Educação de Jovens e Adultos, após passar por todo esse processo, renova-se, há um novo olhar. Olhar este na dimensão de escolarização e também de qualificação para o mundo do trabalho e transformação social.

Os programas e projetos voltados aos jovens vinculados à profissionalização propostos pelo Governo Federal se expandiram. Os atuais programas para a Educação de Jovens e Adultos trabalhadores vêm sendo desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) e se caracterizam como uma política compensatória de não, atuar como efeito no problema apenas, mas basear-se no foco de reordenamento econômico no qual a gênese é o combate ao desemprego estrutural, através de propostas que possam estar enfatizando além de empreendedorismo e a empregabilidade também a possibilidade de se encontrar e entrelaçar nas novas realidades visando à transformação dos sujeitos.

É nessa perspectiva, que os programas do Governo Federal, a partir de 2003, conforme apresentado em tabela anterior, se configuram e passam a legitimar ações para a EJA. Surge então a necessidade de contextualizar sobre estes programas

para clarear ideias do processo, com dados obtidos como base em Souza⁷, dando sentido e significado à existência dos mesmos. Detenho como foco alguns programas considerados dentro do processo histórico, momentos importantes na educação de jovens e adultos. Programas estes que de uma forma ou outra levaram o processo de escolarização desta modalidade para um marco e de abertura onde o sujeito possa refazer e resgatar a sua própria história de vida, tanto social como profissional.

No início da década de 1960 movimentos de educação e cultura popular, ligados a organizações sociais, e setores governamentais, desenvolveram experiências de alfabetização de adultos orientadas a conscientizar os participantes de seus direitos, analisar criticamente a realidade e nela intervir para transformar as estruturas sociais injustas. No ano de 1963, instituiu-se o Plano Nacional de Alfabetização, idealizado por Freire desde 1958, quando ocorre a realização do Congresso Nacional de Educação de Adultos. Esse evento reuniu setores ligados à Educação Popular. Para ocupar o espaço das iniciativas populares de educação de adultos. (Di Pierro, 2005).

No contexto do regime militar no Brasil, iniciado em 1964, cujo governo passa a controlar os programas de alfabetização de forma centralizada. Até então, duas décadas antes, a reflexão e o debate em torno do analfabetismo no país convergiam para a consolidação de um novo modelo pedagógico. Nesse modelo, o analfabetismo era interpretado como efeito de uma situação de pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária e, sendo assim, a educação e a alfabetização deveriam partir de um exame crítico da realidade existencial dos educandos, da identificação das origens de seus problemas e das possibilidades de superá-los. Os programas de alfabetização orientados neste sentido foram interrompidos pelo golpe militar, porque era considerada uma ameaça ao regime. Dessa forma, muitos dos procedimentos adotados no início da década de 60 foram reproduzidos, mas esvaziados de todo senso crítico e problematizador e substituídos pelo Mobral.

Através deste governo em 1970 cria-se, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), assim como outros programas de alfabetização de adultos foi criado pelo governo federal com objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos. O Mobral propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos,

⁷ Dr. Sauloéber Társo de Souza- “Políticas Públicas em Alfabetização de Jovens e Adultos: reflexões sobre a experiência brasileira”.

visando “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”.

Foi dessa forma que se criou o MOBRAL, a inércia do governo brasileiro frente aos elevados índices de analfabetismo fez com que aumentasse a pressão internacional de organismos como a UNESCO, que sugeria atitudes claramente tendenciosas frente ao problema. O MOBRAL, procurando direção e pretendendo ofuscar as pedagogias populares de educação de adultos, buscou a teoria de Freire, mas dando-lhe uma leitura que se aproximava das orientações aplicadas à Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos, subestimando a capacidade de voluntários e os alunos cuja atividade, em geral, se restringia a decompor sílabas. O Movimento iniciou suas atividades com o compromisso de dedicar-se à alfabetização de adultos, mas tornou-se uma superestrutura, expandindo-se por todo o país no final da década de 70 e ampliando o seu campo de atuação às quatro primeiras séries do Ensino Fundamental. As metas iniciais previstas, no entanto, ficaram longe de serem atingidas. Isso porque o Mobral não alterou as bases do analfabetismo, calcadas fundamentalmente na estrutura organizacional da educação no país. Além disso, o seu modelo foi bastante condenado como proposta pedagógica por ter como preocupação principal apenas o ensinar a ler e a escrever, sem nenhuma relação com a formação do homem. O programa foi extinto em 1985 e substituído pelo Projeto Educar (Haddad e Di Pierro, 2000.)

Em 1971 a Lei nº 5.692 (BRASIL, 1971) regulamentava o Ensino Supletivo (esse grau de ensino visa a contemplar os jovens adultos) como proposta de reposição de escolaridade, o suprimento como aperfeiçoamento, a aprendizagem e qualificação sinalizando para a profissionalização, foram contemplados com um capítulo específico na legislação oficial. Na sequência, o Parecer do Conselho Federal de Educação nº. 699, publicado em 28 de julho de 1972 e o documento “Política para o Ensino Supletivo” explicitaram as características desta Modalidade de Ensino.

[...] o Ensino Supletivo visou se constituir em “uma nova concepção de escola”, em uma “nova linha de escolarização não-formal, pela primeira vez assim entendida no Brasil e sistematizada em capítulo especial de uma lei de diretrizes nacionais”, e, segundo Valnir Chagas, poderia modernizar o Ensino Regular por seu exemplo demonstrativo e pela interpenetração esperada entre os dois sistemas (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 116).

Ainda considerando o Ensino Supletivo, Haddad e Di Pierro (2000, p. 117) o Ensino Supletivo se propunha a recuperar o atraso, reciclar o presente, formando uma mão de obra que contribuísse no esforço para o desenvolvimento nacional, através de um novo modelo de escola. Na visão dos legisladores, o Ensino Supletivo nasceu para reorganizar o antigo exame de natureza, que facilitava a certificação e propiciava uma pressão por vagas nos graus seguintes, em especial no universitário, era necessária, também, a ampliação da oferta de formação profissional para um público já engajado na força de trabalho ou destinado em curto prazo. Por fim, foram agregados cursos fundados na concepção de educação permanente, buscando responder as demandas de uma escolarização menos formal e mais politizada.

A partir de 1985 com a redemocratização do país, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) é extinto e ocupa seu lugar a Fundação EDUCAR, com as mesmas características do MOBRAL, porém sem o suporte financeiro necessário para a sua manutenção. Com a extinção da Fundação EDUCAR em 1990 ocorre a descentralização política da EJA, transferindo a responsabilidade pública dos programas de alfabetização e pós-alfabetização aos municípios. Segundo Haddad e Di Pierro, (2000, p. 116),

Representa um marco no processo de descentralização da escolarização básica de jovens e adultos, que representou a transferência direta de responsabilidade pública dos programas de alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos da União para os municípios. Desde então, a União já não participa diretamente da prestação de serviços educativos, enquanto a participação relativa dos municípios na matrícula do ensino básico de jovens e adultos tendeu ao crescimento contínuo [...].

Em 1989 foram organizadas discussões pelo MEC, sobre a alfabetização no Brasil, este surgiu como o Ano Internacional da Alfabetização definido pela UNESCO. No ano Internacional da Alfabetização (1990), vários debates foram realizados por instituições governamentais e não governamentais no sentido de encontrar estratégias para erradicar o analfabetismo no Brasil.

A década de 90 foi marcada pela relativização nos planos cultural, jurídico e político dos direitos educativos das pessoas jovens e adultas conquistadas em momentos anteriores, e a descentralização da problemática, bem como a situação marginal da EJA nas políticas públicas do país (HADDAD; DI PIERRO, 2000). Nesta década, a articulação em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), reafirmou a institucionalização da modalidade EJA substituindo a

denominação Ensino Supletivo por EJA. Esta mudança de denominação é fato controverso para alguns autores: A mudança de ensino supletivo para educação de jovens e adultos não é uma mera atualização vocabular. Houve um alargamento do conceito ao mudar a expressão de ensino para educação. Enquanto o termo “ensino” se restringe à mera instrução, o termo “educação” é muito mais amplo compreendendo os diversos processos de formação (SOARES, 2002, p. 12).

Criou-se então o Programa Brasil Alfabetizado e também o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – Encceja, pela Portaria nº 3415, de 21 de outubro de 2004. Baseada em uma proposta do Ministério da Educação de construir uma referência de avaliação nacional para jovens e adultos que não puderam concluir os estudos em idade apropriada, seu objetivo maior é de, avaliar competências e habilidades de jovens e adultos brasileiros, residentes no Brasil ou no exterior, que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria, com aferição em nível de ensino fundamental e de ensino médio.

O Encceja sofreu mudanças em 2009, *sua certificação de competências e habilidades de jovens e adultos para o ensino médio* passou a constituir um dos objetivos do Enem. Portanto, a partir de 2009 o Encceja tem a função social de certificar as competências e habilidades apenas em ensino fundamental. O Encceja é mais do que um Exame, ele representa uma responsabilidade política e social do governo junto com as outras ações relativas à educação de jovens e adultos. É um desafio do governo federal e do Ministério da Educação para responder às necessidades sociais e às disposições legais da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

Já o programa Brasil Alfabetizado vem com caráter voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional e tem como público alvo todo e qualquer cidadão analfabeto que possua 15 anos ou mais. O intuito é dar a possibilidade de todos os cidadãos a terem acesso à cidadania por meio da educação.

Comento ainda em um breve resumo o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM, que está voltado ao segmento juvenil de 18 a 24 anos, com escolaridade superior a 4ª série (atualmente o 5º ano), mas que não tenha concluído o ensino fundamental e que não tenha vínculo formal de trabalho. Este tem como

enfoque central a qualificação para o trabalho unindo a implementação de ações comunitárias (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2006). A iniciativa mostrou resultados importantes e promissores, indicando a propriedade de se ampliarem, reforçarem e integrarem ações voltadas para a juventude que se desenvolviam em diferentes contextos.

Portanto, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA), é voltado à educação profissional técnica em nível de ensino médio. Esta vertente apesar de buscar a escolarização dos adultos e constituir iniciativas ampliadas para as políticas de EJA, também estabelece ações no sentido da profissionalização. Pretende contribuir para a superação do quadro da educação brasileira explicitado pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- PNAD divulgados, em 2003, que 68 milhões de Jovens e Adultos trabalhadores brasileiros com 15 anos e mais não concluíram o ensino fundamental e, apenas, 6 milhões (8,8%) estão matriculados em EJA.

A partir desses dados e tendo em vista a urgência de ações para ampliação das vagas no sistema público de ensino ao sujeito jovem e adulto, o Governo Federal instituiu, em 2005, no âmbito federal o primeiro Decreto do PROEJA nº 5.478, de 24 de junho de 2005, em seguida substituído pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que introduz novas diretrizes que ampliam a abrangência do primeiro com a inclusão da oferta de cursos PROEJA para o público do ensino fundamental da EJA (MEC, 2007).

Neste contexto, o PROEJA tem como perspectiva a proposta de integração da educação profissional à educação básica buscando a superação da dualidade trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante. Isto impõe a construção de respostas para diversos desafios, tais como, o da formação do profissional, da organização curricular integrada, da utilização de metodologias e mecanismos de assistência que favoreçam a permanência e a aprendizagem do estudante.

Tem como secretaria responsável pela articulação a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) a qual compete, entre outros fins, planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da política da educação profissional e tecnológica; promover ações de fomento ao fortalecimento, à expansão e à melhoria da qualidade da educação profissional e tecnológica e zelar pelo cumprimento da legislação educacional no âmbito da

educação profissional e tecnológica.

Verifica-se, pois que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) passou por muitas mudanças, com importantes conquistas na legislação nos últimos 25 anos. Porém, é difícil de fugir da conclusão de que essa modalidade de ensino está relegada ao segundo plano na educação nos governos e da própria sociedade, como já comentei anteriormente não é vista como parte da educação. Mesmo assim, todos os programas têm com um único intuito de investir em uma política nacional integrada, com programas e ações voltados para o desenvolvimento integral do jovem brasileiro representada em proporcionar e criar condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao Brasil.

Há uma variedade de programas surgidos nos últimos anos, sinalizando melhorias para esta modalidade, ações acontecem, e todas essas políticas públicas vêm contribuindo, em maior ou menor escala, para a redução da taxa de analfabetismo e oferecendo melhorias de vida para o cidadão brasileiro.

2.3. PROEJA: uma política pública de inclusão e respeito à diversidade

O desenvolvimento de uma nação não depende somente da educação, mas de um conjunto de políticas que se organizam, se articulam e se implementam ao longo de um processo histórico, cabendo à educação a importância em sua função estratégica neste processo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, necessita-se ter clareza em reconhecer que a educação geral e a educação profissional e tecnológica, por si só, não geram desenvolvimento, trabalho e renda para todos, mas sim fazem parte na construção de um projeto nacional de desenvolvimento soberano e autônomo, para daí poder ser tão importante no processo de desenvolvimento. A experiência histórica tem demonstrado que não há desenvolvimento econômico real se não for acompanhado de desenvolvimento social e cultural.

O tempo das políticas e a realidade histórica da educação no país exigem concomitância de ações de curto, médio e longo prazo, para atender ao horizonte constitucional da universalização do acesso a educação básica até o nível médio.

Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005) nomeiam como *políticas de inserção* as ações imediatas, que não podem esperar, devido à dívida histórica do Estado

brasileiro com a sociedade, e como *políticas de integração* as que se projetam para o médio e longo prazo, reinstituindo o pensar prospectivo, com visão de futuro e de incorporação do direito para as gerações vindouras.

No que diz respeito à inclusão social, reitera-se que se trata de um dos compromissos e responsabilidades assumidos pelas políticas educacionais. Nesta perspectiva, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), vem como uma proposta educacional de oportunidade e a participação efetiva dos estudantes nos processos de inclusão social, através da ampliação de sua leitura de mundo, da compreensão das relações de trabalho e do acesso aos saberes sistematizados. O Programa é destinado aos Jovens e Adultos que necessitam e almejam uma educação de qualidade, cujo caminho deverá aliar escolarização básica e formação profissional, respeitando o princípio da integração dos conhecimentos e principalmente o respeito às diferenças.

Neste sentido podemos observar e considerar o PROEJA como um exemplo de práxis política. Se analisarmos as concepções e princípios que regem o PROEJA, veremos que este programa tem seus alicerces na convergência de três campos da Educação que consideram a formação para atuação no mundo do trabalho; o modo próprio de fazer a educação, considerando as especificidades dos sujeitos jovens e adultos da EJA; e a formação para o exercício da cidadania. (DOCUMENTO BASE, 2009, p.27).

O PROEJA se estabelece e ganha significação nesse contexto de mudança paradigmática e de busca de universalização da educação básica, de ampliação das oportunidades de qualificação profissional e de perspectivas de continuidade de estudos em nível superior a um público de escolaridade interrompida, fator limitador das oportunidades de melhor inserção na vida social e no mundo do trabalho.

Cresce, portanto, a consciência em relação à importância destas ofertas educacionais e, com ela, as oportunidades para todos que trabalham ou pretendam expandir sua atuação neste campo de atividades profissionais. Uma abordagem mais profissional e socialmente comprometida está se forjando no país. Essa é também uma das razões pelas quais, os sistemas de ensino, profissionais da educação e instituições educacionais se sentem incentivados a contribuir.

O PROEJA surge, então, com a dupla finalidade de enfrentar as descontinuidades e o voluntarismo que marcam a modalidade EJA no Brasil, no

âmbito do Ensino Médio e, além disso, integrar a educação básica uma formação profissional que contribua para a integração socioeconômica de qualidade coletivamente, (Santos, 2010).

Um dos grandes desafios do Programa é integrar três campos da educação que historicamente não estão muito próximos: o Ensino Médio, a formação profissional técnica de nível médio e a Educação de Jovens e Adultos. É desafiador, fazer com que as ofertas resultantes do Programa efetivamente contribuam para a melhoria das condições nas participações sociais, políticas, culturais e no mundo do trabalho de todos, ao invés de produzir mais uma ação de contenção social.

Coloca-se ainda outro desafio, em um plano mais elevado, pode-se a firmar a própria transformação desse Programa em uma política educacional pública do Estado brasileiro para o público da EJA. E, finalmente o desafio maior, a garantia efetiva de todos jovens e adultos que, independentemente da origem socioeconômica, possam ter o acesso, permanência e concluir a educação básica, em numa perspectiva de transformação do sujeito de forma universalizada.

Ao alcançar essa universalização, a EJA assume outro papel, ou seja, ao invés de se destinar a formação inicial, poder direcionar-se para a formação continuada da classe trabalhadora e, portanto, para a capacitação com vistas ao exercício de atividades mais complexas dentre as profissões técnicas de nível médio e, inclusive, como forma de contribuir para a universalização do acesso a educação superior.

Assim, nesse contexto, a Rede Federal de Educação Profissional de Tecnológica tem um papel relevante, como instituições que possa potencializar a função, e assumindo esse processo. Podemos perceber no depoimento do relato de Francisco, “Esse curso veio a calhar para as pessoas que necessitam, porque hoje o mercado do trabalho, principalmente para jovens, está sendo bem exigente precisa se qualificar estudar, e uma chance excelente que aconteceu”. De forma diferente Maria (38 anos), afirma: “Assim que acabar o curso pretendo continuar, quero fazer o processo seletivo para o ensino superior e não parar de estudar, mas o principal pretendo voltar a trabalhar.”

Percebe-se nesses depoimentos, o quanto o estudo faz diferença em suas vidas. O programa PROEJA tornar-se uma ação concreta que oportuniza o sujeito a constituir-se integrante da sociedade como autor de sua própria história, e ao mesmo tempo sujeito que trilha seu conhecimento, seu aprendizado. Isso faz com

que possam acreditar nas concretizações de sonhos, mesmo enfrentando dificuldades ao longo do percurso. Segundo Freire (2011, p.137), “o sonho pela humanização, cuja concretização é sempre processo, e sempre devir, passa pela ruptura das amarras reais, concretas, de ordem econômica, política, social, ideológica (...), que nos estão condenando à humanização.”

O sonho é assim uma exigência, ou seja, uma condição que se vem fazendo permanente na história que fazemos e que nos faz e refaz. O diferencial dos programas é que estes beneficiam o respeito às diferenças e, principalmente, àqueles que vêm ao encontro do sujeito “sedentos” de conhecimento para sua vida.

3 PROEJA: UMA HISTÓRIA PARA CONTAR... O REENCONTRO COM A SOCIEDADE

Fé na vocação de *ser mais*, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens. [...] O homem dialógico, que é crítico sabe que, se o poder de fazer, de criar, de transformar, é um poder dos homens, sabe também que podem eles, em situação concreta, alienados, ter este poder prejudicado. (Freire, 1987, p.81)

A educação de jovens e adultos como espaço de busca e condição existencial do sujeito remete a conquistas de jovens e adultos que frequentam o programa PROEJA, como modalidade de ensino e profissionalização. Proporcionar o direito á formação como ser social e humano, remete à pedagogia do oprimido, homens e mulheres que lutam como classe na busca da conquista de sua libertação e emancipação.

Neste sentido, procuro compreender com mais clareza, o percurso de escolarização de alunos fora da faixa etária escolar, busco no depoimento de uma estudante do PROEJA, corroborar a importância deste, em sua vida como forma de reencontro com a sociedade e consigo. Partindo para as narrativas que o PROEJA, enquanto possibilidade de qualificação profissional e inclusão social oferecem. Não na ideia de mão de obra barata, mas no olhar de proporcionar formação para o sujeito sair da inércia que a sociedade capitalista e mercantilista impõe.

Em seus depoimentos percebe-se que o PROEJA caracteriza-se como uma possibilidade de realização de sonho, qualificação profissional e transformação social. É através da ideia de que o PROEJA venha para contribuir como programa de libertação do sujeito para a sociedade.

No depoimento de Ana (45 anos), participante do programa PROEJA - FIC, que além de proporcionar o processo de escolarização no ensino básico também oferece o ensino profissionalizante de Merendeira Escolar. Ela encontra-se em fase final do processo e com imensa alegria se dispôs colaborar com a pesquisa. Ana relatou sua trajetória no curso e, principalmente, suas perspectivas durante e após a formação.

Num primeiro momento, abordou a dificuldade e sua frustração em não ter

estudado na idade escolar. Morava no campo e precisava ajudar a sua família nos afazeres domésticos, necessários para sobrevivência naquele espaço. Foram motivos para interromper seus estudos na quarta série (atualmente quinto ano) do ensino fundamental.

Quando pôde, na vida adulta, foi morar na zona urbana com esperança de continuar seus estudos e trabalhar. Pensava e acreditava que era através de estudos que realizaria transformações significativas em sua vida. Conseguiu conciliar estudo e trabalho em casa de família, neste momento, fez a sexta série e sétima série do Ensino Fundamental, (quinto e sexto ano atualmente).

Novamente precisou interromper seus estudos devido à sua família necessitar de sua ajuda. Passaram-se anos e não havia desistido da ideia de retornar. Após longo período, ficou afastada do processo de escolarização, até o momento em que obteve conhecimento do PROEJA - FIC. Vislumbrou a possibilidade de novamente reconstruir o seu sonho de escolarização, e, ao mesmo tempo, preparar-se para o mundo do trabalho através da Educação Profissional.

Ela acredita no desejo de resgatar a sua vida e ser feliz. Resgate esse de inserção social que durante a sua vida lhe remeteu às escolhas e consequências que marcam profundamente. FREIRE (2011, p.80) “Homens e mulheres da inserção no mundo e não da pura adaptação ao mundo [...] não há mudanças sem sonhos, como não há sonhos sem esperança.”

Ana (45 anos) revela o quanto o programa lhe transformou em sujeito social, afirma: “foi um resgate de vida, eu voltei a viver” [...] não sei o que farei no futuro, mas o maior diploma que tenho hoje é que eu consegui [...] e posso mostrar para mim e as pessoas que nunca é tarde de buscar nossa vida.

Embora o PROEJA seja uma política pública direcionada como programa educacional e social, compreende-se que esta política traz benefícios à classe trabalhadora, visto que possibilita o acesso à educação e à profissionalização, elevando o nível de escolaridade de uma população historicamente excluída do sistema educacional.

Se a formação oferecida a estes sujeitos conseguir se efetivar integrando os conhecimentos de formação geral e de formação profissional, será possível prover os alunos além de conhecimentos que antes não possuíam a compreensão de mundo como processo de libertação em comunhão para a transformação social em um ato de mudanças, transição em busca do rompimento do equilíbrio e da estrutura

social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a relevância da temática, resalto as reflexões aqui produzidas não têm a intenção de se esgotar neste estudo, mas de apontar algumas reflexões que contribuam para a efetivação de uma formação continuada que atenda aos anseios e buscam melhorias e qualidade para o processo de ensino aprendizagem que a escola oferece, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Isto, principalmente, quando vem como forma de política pública de inclusão que trabalha com a diversidade cultural e social. Através desta pesquisa foi possível conhecer o processo da EJA como modalidade de ensino, e refletir sobre os programas que hoje vêm sendo oferecido nesta modalidade de ensino como forma de inserção social, destacando o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

O PROEJA, esta voltada para o viés educacional importante na construção da cidadania, e que ao longo do tempo tem contribuído de forma significativa para a extensão na formação social, política e profissional de jovens e de adultos. As reflexões feitas neste trabalho permitam a compreensão de maneira mais detalhada do que representa cada função requerida no Documento Base do PROEJA.

A contribuição que seu conjunto de ações leva para o alcance dos objetivos do programa, a redução das desigualdades econômicas e sociais, o trabalho com a diversidade e, principalmente a concepção de sujeito diante transformação no processo de ensino e de aprendizagem para vida profissional e social, são aspectos muitos presentes. Esta análise evidencia que o PROEJA é uma política focalizada no princípio de garantir na prática, o direito de todos à educação.

A pesquisa revelou, também, que muitos dos estudantes não começam somente a busca pelo curso devido ser oferecido como forma de formação profissional, mas principalmente a busca de sua emancipação como sujeito, na transformação social como prática de liberdade, de aproximação crítica da realidade e o fazer-se existir para si e principalmente na convivência do outro.

Trata-se de oferecer o programa não somente voltado às questões

mercantilistas e sim apostar que todo processo educacional que possa propor ao educando o desenvolvimento crítico de leitura de mundo, em uma forma que estabeleça relações com o outro mediado pelo mundo, emitindo-se assim como formação que vincule o conhecimento técnico, mas com criticidade aos processos sociais e políticos. Em síntese, uma educação voltada para a construção de sujeitos humanos, críticos, social e politicamente ativos, comprometidos com a libertação. Essa libertação de todos é para Freire (1991), um verdadeiro “parto”, do qual nascem homens e mulheres “novos” em relação à liberdade, igualdade e emancipação.

O estudo permitiu que as inquietudes e buscas transformam-se em tentativa de participar junto na construção de uma educação que atenda aos interesses de todos, e principalmente, no processo educativo de cuidar para que a esperança não se desvie em interesses alienados e, sim, para que a ela possa se manifestar na prática como uma criação de um amanhã diferente, que respeite todos em suas diferenças e diversidades como sustentação de fios que ligam para compor a existência individual de cada sujeito e a sua história de vida, com esperança e alegria e acreditar na possibilidade de criar um futuro melhor para todos.

Para isso, todos de uma forma ou outra, se faz necessário contribuir para ampliar a vivência na solidariedade e ao mesmo tempo proporcionar ambientes favoráveis para um processo educativo democrático e solidário com o outro em ação sobre a realidade para pensar e apostar em uma pedagogia da esperança como motor de construir e reconstruir sua própria história como afirma (FREIRE, 1992, p.91): “Fazendo-se e refazendo-se no processo de fazer a história, como sujeitos e objetos, mulheres e homens, virando seres da inserção no mundo e não da pura adaptação ao mundo”. Através de ações no coletivo que a marca de um trabalho educacional construtivo serve de base para às transformações que a sociedade e o sujeito almejam num olhar diverso comum para todos.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 1992.

ARROYO, Miguel. **A Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão**. Alfabetização e Cidadania. São Paulo: Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil (RAAAB), n. 11, abril 2001.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Os fora de série na Escola**. São Paulo: Armazém do Ipê (autores associados), 2005.

DI PIERRO, Maria Clara et al (2001). **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Caderno CEDES, ano XXI, n. 55, novembro.

FÁVERO, O. (1983, Org.). **Cultura Popular/Educação Popular: Memória dos Anos 60**. Rio de Janeiro: Graal

FREIRE, Paulo. **Conscientização – teoria e prática da liberdade: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação e mudança**. 26. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 17 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 5ª ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, Moacir (2000) e ROMÃO, José E. (org). **Educação de Jovens e Adultos, teoria, prática e proposta**. 2ª ed. Rev. São Paulo: Cortez: Inst. Paulo Freire.

HADDAD (Coord.), Sérgio. **Educação de jovens e adultos no Brasil (1986-1998)**. Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2002. p. 25-54. Série: Estado do Conhecimento.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Escolarização de jovens e adultos**. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000.

HOLLANDA, Heloísa B. e GONÇALVES, M.A. (1999) **Cultura e participação nos anos 60**. (Coleção Tudo é História: 41) 1ª ed. (1982), 1ª reimpressão, São Paulo: Brasiliense.

MEC - Ministério da Educação e Cultura, Constituição Federal. Artigo 205, 1988.

MEC - Ministério da Educação e Cultura Ministério da Educação e Cultura, Declaração dos Direitos de Todos, 1990.

MEC - Ministério da Educação e Cultura, Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão, 1996.

MEC - Ministério da Educação e Cultura, Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei Nº 9394 1996.

MEC - Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - PROEJA - Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Documento Base. Brasília, 2009.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização)" (verbete). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira – Educa Brasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2002.

PAIVA, Jane. **Histórico de Educação de Jovens e Adultos no Brasil**:

descontinuidades e políticas públicas insuficientes. In: Secretaria de Educação a Distância/MEC EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: formação técnica integrada ao ensino médio. Boletim n.16, Programa Salto para o Futuro. Rio de Janeiro, setembro de 2006.

SANTOS, Simone Valdete dos. **Estudos sobre a Implantação do PROEJA. Pelotas - RS: Editora Universitária, UFPEL, 2010.**

_____. **O PROEJA e o desafio das heterogeneidades.** In: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: formação técnica integrada ao ensino médio. Boletim n.16, Secretaria de Educação a Distância/MEC. Programa Salto para o Futuro. Rio de Janeiro, setembro de 2006.

SOARES, L. J. G. **Educação de jovens e adultos.** Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria; GOMES, Nilma (orgs). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

STRECK, Danilo; REDIN Euclides; ZITKOSKI, Jaime (orgs.). **Dicionário de Paulo Freire.** 2ª ed, Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VIEIRA, Maria Clarisse. Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.